

I - RESULTADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL

Em maio de 1998, o Tesouro Nacional apresentou déficit primário de R\$ 377,2 milhões, contra um superávit de R\$ 1,9 bilhão em abril, e de R\$ 15,4 milhões em maio de 1997. O resultado primário acumulado nos primeiros cinco meses deste ano foi superavitário em R\$ 4,9 bilhões (1,3% do PIB), contra R\$ 2,8 bilhões (0,8% do PIB) em igual período de 1997.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO TESOURO NACIONAL (*)						
Em R\$ milhões						
	ABR	1997 MAI	ABR	1998 MAI	1997 JAN-MAI	1998 JAN-MAI
I - RECEITA TOTAL	10.105,0	9.149,7	12.247,0	9.634,4	46.317,0	57.748,4
I.1. Administrada pela SRF	9.385,9	8.282,8	9.931,6	8.482,8	42.463,2	49.791,6
I.2. Restituições (-)	-30,3	-31,2	-46,3	-24,6	-217,2	-289,5
I.3. Diretamente Arrecadada	533,7	541,7	727,7	433,6	2.742,7	2.871,0
I.4. Demais	244,8	401,5	1.823,2	758,5	1.500,4	5.830,7
I.5. Incentivos Fiscais	-29,0	-45,0	-189,2	-15,9	-172,1	-455,2
II - DESPESA TOTAL	8.593,9	9.134,3	10.306,1	10.011,6	43.497,0	52.838,9
II.1. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2.096,3	2.135,7	2.587,5	2.417,6	10.134,5	12.341,6
II.2. DESPESAS DA ADM.FEDERAL	6.423,0	6.899,8	7.596,3	7.458,9	32.731,1	39.754,4
II.2.1. Pessoal e Encargos	3.134,2	3.274,2	3.430,6	3.324,0	16.518,1	19.562,5
II.2.2. Despesas de Custeio e Capital	3.288,8	3.625,6	4.165,7	4.134,9	16.212,9	20.191,8
II.2.2.1 - Abono e Seguro Desemprego	264,8	402,0	327,5	404,1	1.683,1	1.741,4
II.2.2.2 - Desapropriação de Terra Para Reforma Agrária	13,9	37,0	29,1	26,1	159,5	106,5
II.2.2.3 - Outras Despesas de Custeio e de Capital	3.010,1	3.186,6	3.809,0	3.704,6	14.370,4	18.344,0
II.3. SUBSÍDIOS	74,7	98,8	122,3	135,0	631,4	742,9
II.3.1. Operações Oficiais de Crédito	74,7	98,8	95,0	78,0	631,4	530,8
II.3.2. Fundos Regionais	27,3	57,0	0,0	212,1
III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	1.511,0	15,4	1.940,9	-377,2	2.820,0	4.909,6
IV - RESULTADO PRIMÁRIO / PIB					0,8%	1,3%

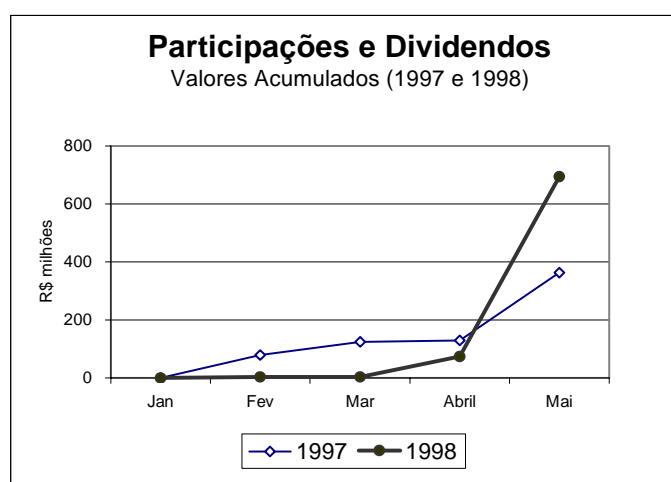
(*) Governo Central exceto arrecadação própria e benefícios pagos pelo INSS e Bacen.
Dados Preliminares.

O principal fator determinante do resultado primário foi a redução da receita total em R\$ 2,6 bilhões, comparativamente à arrecadada no mês anterior, compensada em parte com a queda de R\$ 294,5 milhões na despesa total.

Com relação às receitas administradas pela SRF, a redução da arrecadação deve-se a fatores sazonais, tais como: i) recolhimento de apenas uma cota do IRPF em maio, da ordem de R\$ 352,2 milhões, ao passo que, em abril, foi efetuado o pagamento da primeira cota e da cota única da Declaração de Ajuste referente ao ano calendário 1997, totalizando R\$ 752,5 milhões naquele mês; ii) pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, no mês de abril, relativa à apuração do balanço trimestral das empresas que recolhem o imposto com base no lucro real. Tal fator reduziu a arrecadação do IRPJ e da CSLL, de R\$ 1.055,5 milhões e R\$ 581,3 milhões, para R\$ 643,4 milhões e R\$ 383,9 milhões, respectivamente, no mês de maio; iii) ocorrência de cinco semanas de fatos geradores em abril contra apenas quatro, em maio, com

reflexos na arrecadação do IRRF, da CPMF e do IOF, gerando queda, no conjunto desses quatro tributos, de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 2,7 bilhões.

O menor valor das demais receitas deve-se, basicamente, à entrada de R\$ 1,6 bilhão relativa à concessão de serviços de telefonia celular (banda B), no mês anterior. Destaca-se, no entanto, o crescimento das receitas com participações e dividendos, que passaram, de R\$ 71,0 milhões, em abril, para R\$ 620,0 milhões, em maio. Desse total, foram transferidos ao Tesouro Nacional, como pagamento de dividendos: R\$ 118,9 milhões da Petrobrás; R\$ 104,5 milhões da Caixa Econômica Federal; R\$ 195,4 milhões do BNDES; e R\$ 156,2 milhões da Telebrás. O quadro a seguir apresenta a evolução das receitas recolhidas ao Tesouro Nacional por conta de participações de dividendos, até o mês de maio.



As receitas próprias da administração direta e indireta totalizaram R\$ 433,6 milhões, em maio, contra R\$ 727,7 milhões, no mês de abril. Tal queda esteve associada a estornos dessas receitas contabilizados no SIAFI.

Quando comparada ao mesmo mês do ano de 1997, observa-se que o crescimento das receitas foi de 5,3%, com destaque para o recolhimento a maior na rubrica de participações e dividendos.

Nos primeiros cinco meses de 1998, a arrecadação total do Tesouro Nacional atingiu R\$ 57,7 bilhões, representando um crescimento nominal de 24,7%, em relação a igual período de 1997, quando perfez R\$ 46,3 bilhões.

Quanto à despesa total, esta cresceu 9,6%, em relação ao verificado em maio de 1997, sendo que as “Transferências a Estados e Municípios” aumentaram 13,2% e as despesas de “Pessoal e Encargos” mantiveram-se praticamente constantes. As “Outras Despesas de Custeio e Capital” cresceram 14,0%, com destaque para Educação (24,4%) e benefícios assistenciais – LOAS (36,5%).

A redução de 2,8% na despesa total, em relação ao mês de abril, é devido, basicamente, à diminuição nas “Transferências a Estados e Municípios” (6,6%), que acompanhou a evolução do Imposto de Renda no período.

Os gastos com incentivos à agricultura e às exportações nacionais, realizados por meio das operações oficiais de crédito, somaram R\$ 78,0 milhões. Deste total, R\$ 28,8 milhões destinaram-se às operações de Aquisições do Governo Federal - AGF, utilizadas para compra de milho, arroz, feijão, sisal e trigo e para fazer face às despesas com a manutenção de estoques governamentais de produtos agrícolas, junto à Conab. Adicionalmente, foram vendidos R\$ 8,0 milhões dos estoques de AGF, resultando em uma despesa líquida de R\$ 18,9 milhões.

Foram liberados R\$ 1,2 milhões para operações de EGF (Empréstimos do Governo Federal) e R\$ 11,4 milhões para empréstimos de custeio e investimento, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Além disso, foram liberados R\$ 4,4 milhões para o programa de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários.

Foram destinados, também, R\$ 42,2 milhões, para fazer face às despesas com a equalização de taxas, ao Programa de Financiamento à Exportações - Proex, com a finalidade de conceder financiamentos a exportadores.

II - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL: JUNHO/98

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado situou-se em 11,0% do PIB, mantendo-se praticamente no mesmo patamar dos dois últimos meses. Pode-se observar, em particular, o crescimento da dívida mobiliária interna em mercado, de aproximadamente R\$ 12 bilhões, por conta de emissões de LFT-A e LFT-B com vistas ao refinanciamento de dívidas dos estados e financiamento da reestruturação de bancos estaduais, tendo por contrapartida o aumento dos haveres líquidos do Tesouro Nacional junto a essas esferas de governo.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO			
SALDOS EM R\$ MILHÕES			
	ABR	1998 MAI	JUN
I. DÍVIDA INTERNA	31.710	29.379	26.597
I.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	161.182	156.266	168.249
I.2 - Dívida Contratual da STN	-82.559	-79.335	-93.503
I.3 - Dívida Contratual de Fundos , Autarquias e Fundações	-46.913	-47.552	-48.149
I.3.1 - Fat	-33.695	-33.919	-34.326
I.3.2 - Demais Entidades	-13.218	-13.633	-13.823
II. DÍVIDA EXTERNA	71.197	71.479	71.551
II.1 - Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	55.183	55.474	55.759
II.2 - Títulos Depositados em Garantia	-3.520	-3.614	-3.534
II.3 - Dívida Contratual	19.989	20.070	19.762
II.4 - Disponibilidades	-455	-450	-437
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL	102.906	100.858	98.147
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL / PIB	11,6%	11,3%	11,0%

(*) Dados Preliminares.

Importante enfatizar que, a partir do mês de junho do corrente ano, a STN passa a incorporar no cálculo da dívida líquida as rubricas de “Arrecadação a Recolher” e de “Créditos de Operações Especiais”, de forma retroativa, em consonância com o processo de aprimoramento das contas do Tesouro Nacional, iniciado a partir do mês de janeiro.

A rubrica “Arrecadação a Recolher”, que passa a compor o total da dívida líquida contratual interna, refere-se ao saldo de recolhimentos efetuados por meio de DARF que se encontram na rede bancária no último dia útil do mês de referência, e que deverão ingressar na Conta Única do Tesouro somente no primeiro dia útil do mês seguinte. Observe-se que a variação desse saldo compõe a receita primária “acima da linha”, cujo valor corresponde a todo o recolhimento ocorrido via DARF, independentemente do ingresso na Conta Única do Tesouro.

Tal procedimento metodológico torna compatível o valor total da dívida líquida com as receitas do Tesouro registradas no Resultado do Tesouro Nacional.

O saldo relativo a “Créditos de Operações Especiais”, que consiste em recursos do Tesouro Nacional junto ao sistema financeiro para financiamento à agricultura, também passa a ser incorporado à dívida líquida contratual interna. A variação desse saldo credor é reflexo, em grande parte, das equalizações efetuadas junto ao sistema financeiro, registradas como despesa de operações oficiais de crédito “acima da linha”.

II.1 - Dívida Interna

II.1.1 - Dívida Mobiliária

No mês de junho, o saldo da DPMF em poder do mercado totalizou R\$ 168,2 bilhões, equivalente a 18,8% do PIB, contra R\$ 156,3 bilhões, ou 17,6% do PIB, no mês anterior.

TESOURO NACIONAL-DPMF			
SALDOS EM R\$ MILHÕES			
	ABR	1998 MAI	JUN
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	239.851	234.678	262.409
I.1 Dívida com Mercado	161.182	156.266	168.238
I.1.01 LTN	76.271	69.515	58.215
I.1.02 LFT	14.872	15.114	33.490
I.1.03 LFT-A	0	102	2.108
I.1.04 LFT-B	13.264	14.352	16.295
I.1.05 NTN-A	4.783	4.828	4.855
I.1.06 NTN-D	22.310	22.337	22.990
I.1.07 Demais	29.682	30.017	30.285
I.2 Dívida com BACEN	78.670	78.412	94.172
I.2.01 LTN	23.950	23.247	16.807
I.2.02 NTN-D	86	0	0
I.2.03 LFT-A	48.342	48.825	62.510
I.2.04 Demais	6.291	6.340	14.855
II Dívida MERCADO/PIB	18,2%	17,6%	18,8%

Houve resgate líquido de títulos da ordem de R\$ 8,5 bilhões. O Tesouro Nacional resgatou R\$ 14,8 bilhões de títulos em mercado, sendo a maior parte (R\$ 14,4 bilhões) composta de LTN vencidas no mês. Foram emitidos em mercado R\$ 20,4 bilhões (valor financeiro) no período, em sua maioria LFTs, inclusive para pagamento de encargos, no valor de R\$ 1,7 bilhão.

Os principais fatos ocorridos em junho foram as emissões especiais relativas à assunção de dívida dos estados de Minas Gerais e Bahia. No caso de Minas Gerais, as emissões totalizaram R\$ 14,2 bilhões em LFT-A e R\$ 1,3 bilhão em LFT-B, em decorrência da assunção de dívidas mobiliária e contratual do

Estado, além do financiamento para a reestruturação de seus bancos¹. Com relação ao Estado da Bahia, foram emitidos R\$ 849,3 milhões em LFT-A e R\$ 537,5 milhões em LFT-B destinadas ao financiamento de bancos. O restante da dívida, em ambos os estados, foi assumida por meio de colocação de créditos securitizados junto a credores.

TESOURO NACIONAL		
ASSUNÇÃO DE DÍVIDA DOS ESTADOS EM JUNHO/98 (*)		
<i>Em R\$ milhões</i>	MINAS GERAIS	BAHIA
1. Dívida mobiliária	12.160,5	
2. Dívida contratual	465,2	
3. Financiamento de bancos	3.084,6	1.631,4
TOTAL	15.710,3	1.631,4

(*) por meio de emissão de títulos e créditos securitizados.

As emissões destinadas ao estado de Minas Gerais para o financiamento da reestruturação bancária totalizaram R\$ 3,1 bilhões, ainda estando pendente de liberações recursos da ordem de R\$ 1,1 bilhão, atualizados pela taxa SELIC a partir de 1º de janeiro de 1998 até a data da efetiva liberação. Tais recursos destinam-se às parcelas referentes à privatização do BEMGE, à liquidação da MINASCAIXA e à transformação do BDMG em agência de fomento, sendo que as liberações referentes à privatização do CREDIREAL já foram concluídas. Já para o estado da Bahia, as emissões destinadas à privatização do BANEBA e transformação do DESENBANCO em agência de fomento perfizeram R\$ 1,6 bilhão em junho. Para a conclusão do contrato com o governo da Bahia, ainda resta a liberação de R\$ 50 milhões, atualizados pela taxa SELIC, a partir de 1º de novembro de 1997.

Com relação às colocações de títulos em leilão, foram emitidas LFTs em sua maioria. Isto se deveu ao fato de o mercado vir exigindo alto prêmio para os títulos pré-fixados. As LFTs foram vendidas com ágio, conforme indicam as taxas de rentabilidade negativas discriminadas no quadro a seguir, onde são apresentadas as características das emissões financeiras em mercado realizadas semanalmente, pelo Tesouro Nacional:

¹ Nos termos do art. 1º da Lei nº 9.496/97 e do art. 3º da Medida Provisória nº 1.654-25/98.

TESOURO NACIONAL - EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO

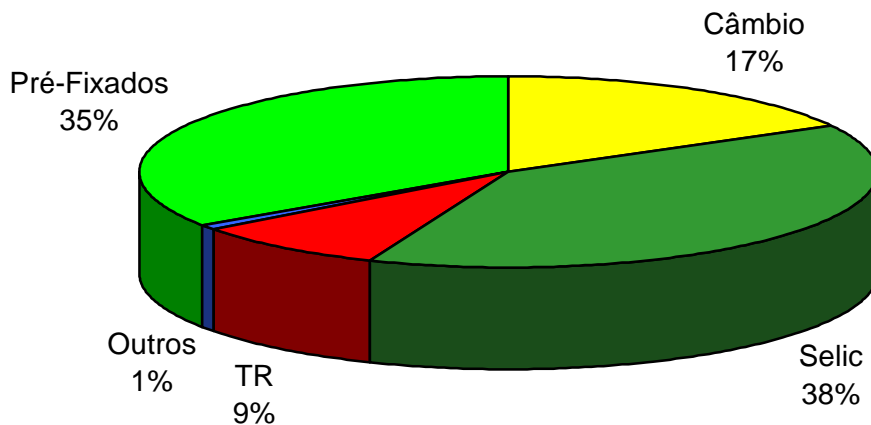
Junho/98

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL	Valor (R\$ milhões)	
				Financeiro	Nominal
01/06/98	CTN	20 anos	12,000%	10,7	103,4
	NTN-D	3 anos	14,131% + VC	407,0	500,0
03/06/98	LTN	35 dc/25 du	21,071%	1.962,1	2.000,0
10/06/98	LFT	210 dc/144 du	-0,019%	3.000,3	3.000,0
	LFT	238 dc/164 du	-0,008%	3.000,1	3.000,0
17/06/98	LFT	210 dc/145 du	-0,035%	3.000,6	3.000,0
	LFT	238 dc/165 du	-0,031%	3.000,6	3.000,0
24/06/98	LFT	210 dc/145 du	-0,005%	3.000,1	3.000,0
	LFT	238 dc/163 du	-0,005%	3.000,1	3.000,0
TOTAL				20.381,7	20.603,4

VC = Variação Cambial

A composição da DPMF em mercado, segundo a forma de remuneração, passou a ser a seguinte:

COMPOSIÇÃO DA DPMF EM MERCADO POR INDEXADOR



Com o volume de colocações de LFTs no mês de junho, a participação percentual desses títulos sobre o total da dívida mobiliária, de 6,4% no mês de maio, passa a representar 16,0%, de acordo com o quadro a seguir.

TESOURO NACIONAL - COMPOSIÇÃO DA DPMFi		
Títulos mais significativos (%)		
TÍTULO	Mai/98	Jun/98
LTN	39,5	28,6
NTN-D	9,5	8,8
LFT	6,4	16,0
LFT-A	20,8	24,6
LFT-B	6,1	6,2
LFT-E	0,3	0,3
DEMAIS	17,4	15,5
TOTAL	100,0	100,0

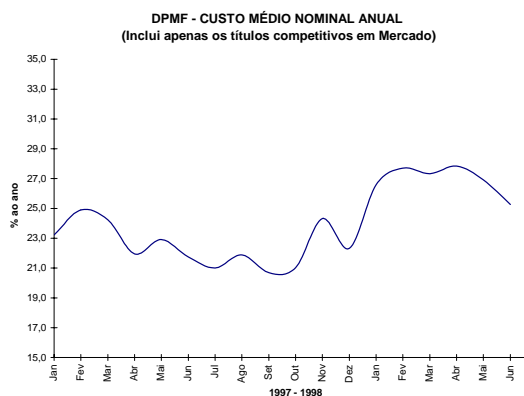
O custo médio nominal mensal dos títulos competitivos em mercado apresentou crescimento de 1,91%, em maio, para 1,96%, no mês de junho. Entretanto, em termos anualizados, isolando-se o efeito do número de dias úteis no mês, o custo médio caiu de 26,92%, em maio, para 25,26%, em junho.

Se somados os títulos emitidos em processo não competitivo de formação de taxas, em poder do mercado, o custo médio da dívida pública em mercado decresceu, atingindo 22,68% ao ano, no mês de junho, contra 23,81% ao ano, no mês de maio.

O custo médio da DPMF em mercado foi 0,29 ponto percentual superior à variação mensal da taxa Selic (representativa do custo de oportunidade do Tesouro Nacional), mantendo-se praticamente constante em relação ao mês anterior.

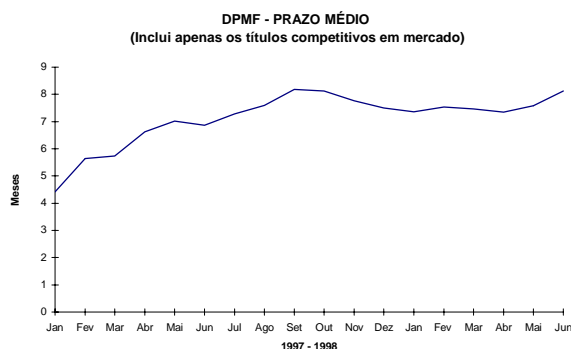
DIVÍDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL - MERCADO			
CUSTO MÉDIO ANUAL (%)			
PERÍODO		TOTAL	COMP (1)
1997	Jan	22,95	23,23
	Fev	24,37	24,89
	Mar	23,59	24,24
	Abr	21,62	21,94
	Mai	22,63	22,92
	Jun	21,48	21,74
	Jul	18,58	20,99
	Ago	21,61	21,88
	Set	20,03	20,69
	Out	20,15	21,02
	Nov	24,74	24,32
	Dez	22,42	22,32
1998	Jan	29,10	26,59
	Fev	26,92	27,71
	Mar	26,56	27,34
	Abr	26,03	27,84
	Mai	23,81	26,92
	Jun	22,68	25,26

(1) Custo dos títulos competitivos da DPMF-i em mercado.



O prazo médio dos títulos em mercado, emitidos sob processo competitivo de formação de taxas, apresentou crescimento, passando de 7,58 meses em maio para 8,12 meses em junho.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL PRAZO MÉDIO NO MERCADO		
PERÍODO		EM MESES
1997	Jan	4,42
	Fev	5,64
	Mar	5,74
	Abr	6,63
	Mai	7,02
	Jun	6,87
	Jul	7,28
	Ago	7,60
	Set	8,18
	Out	8,13
	Nov	7,77
	Dez	7,50
1998	Jan	7,36
	Fev	7,54
	Mar	7,47
	Abr	7,34
	Mai	7,58
	Jun	8,12



II.1.2 - Dívida Contratual

O saldo dos haveres líquidos contratuais internos totalizou R\$ 141,6 bilhões, no mês de junho, sendo 66,0% relativos à STN e 34,0% aos fundos, autarquias e fundações.

DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA SALDOS EM R\$ MILHÕES	1998		
	ABR	MAI	JUN
TOTAL	-129.472	-126.888	-141.652
Total da STN	-82.559	-79.335	-93.503
Dívida Bancária	38.327	38.494	38.856
Crédito Securitizado	16.857	16.895	17.149
CVSA	3.523	3.558	3.592
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.661	2.699	2.741
Debêntures	858	706	711
Outras Dívidas	182	191	193
INSS	-6.708	-6.817	-7.036
Lei 7976/89	-8.874	-8.916	-8.714
Bônus Renegociação	-17.319	-17.480	-17.640
Lei 8.727/93	-39.228	-39.397	-39.760
Lei 9.496/97	-48.532	-48.572	-62.995
Recebíveis Estados	-2.924	-2.939	-2.960
Outros	-11.429	-8.774	-8.812
Créditos de Oper. Oficiais	-6.896	-6.913	-6.884
Arrecadação a Recolher	-3.057	-2.070	-1.942
Total de Fundos, Autarquias e Fundações	-46.913	-47.552	-48.149
Fat	-33.695	-33.919	-34.326
Demais Entidades	-13.218	-13.633	-13.823

Em relação ao refinanciamento das dívidas dos estados com base na Lei nº. 9496/97, passaram a incorporar o saldo credor do Tesouro Nacional aquelas dos estados de Amazonas, Espírito Santo, Rondônia e Minas Gerais, essa última no valor de R\$ 13,2 bilhões, em função da entrada em eficácia dos respectivos contratos, um vez aprovados pelo Senado Federal.

Destacam-se, também, os valores referentes à operação de federalização de empresas do Estado de São Paulo, cujas ações foram utilizadas para abater o saldo devedor da Conta Gráfica, reduzindo-se, portanto, o total de haveres do Tesouro Nacional relativo ao refinanciamento da dívida sob a Lei nº. 9496/97, em cerca de R\$ 2,9 bilhões. Tal redução é compensada na rubrica

“Recebíveis de Estados”, que correspondem às receitas realizáveis pelo Tesouro Nacional, por ocasião das privatizações dessas empresas.

II.2 - Dívida Externa

Em junho, o saldo da dívida mobiliária externa ficou em R\$ 55,8 bilhões, sendo 84,4%, composto por bônus de renegociação e, 15,6%, por bônus de captação. A dívida contratual externa do Tesouro Nacional fechou o mês com um saldo de R\$ 19,8 bilhões.

DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL			
SALDOS EM R\$ MILHÕES			
	ABR	1998 MAI	JUN
1.DÍVIDA MOBILIÁRIA	55.183	55.474	55.759
1.1.BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	46.525	46.777	47.037
Brazil Investment Bond (BIB)	1.030	1.036	1.041
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.709	5.740	5.772
Par Bond (PB)	4.941	4.968	4.996
Discount Bond (DB)	6.190	6.223	6.258
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.988	1.999	2.010
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.362	8.407	8.454
Debt Conversion Bond (DCB)	9.715	9.768	9.822
New Money Bond (NMB)	2.562	2.576	2.590
Eligible Interest (EI)	6.028	6.061	6.094
1.2.BÔNUS CAPTAÇÃO	8.658	8.697	8.722
Global Bond 2027	4.005	4.027	4.049
Demais	4.653	4.670	4.673
2.TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.520	-3.614	-3.534
3.DÍVIDA CONTRATUAL	19.989	20.070	19.762
4. DISPONIBILIDADES DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-455	-450	-437
TOTAL	71.197	71.479	71.551

(*) Dados Preliminares

Foram gastos R\$ 632,5 milhões com juros e outros encargos da dívida externa, sendo R\$ 15,6 milhões para Organismos Multilaterais, R\$ 46,8 milhões a Bancos Privados e Agências Governamentais, R\$ 299,5 milhões foram pagos ao Clube de Paris e R\$ 270,6 milhões para a rolagem da dívida externa, sendo R\$ 18,4 milhões de Eurolibra 1999², R\$ 198,3 milhões de IDU 2001³ e R\$ 53,9 milhões com o Eurolira 2017⁴.

² Título de captação, emitido no Euromercado de acordo com a Resolução 57/95 do Senado Federal.

³ Título com origem nos juros atrasados e não pagos no período de julho de 1989 e dezembro de 1990 e emitidos em novembro de 1992, com datas retroativas a 1º de janeiro de 1991. Não possuem garantias do principal e juros. Resolução 20/91 do Senado Federal.

⁴ Título de captação, emitido no Euromercado de acordo com a Resolução 51/97 do Senado Federal.

TESOURO NACIONAL	<i>Jun/98</i>
Encargos da Dívida Externa	R\$ mil
I. Encargos Totais	632.542
I.1. Organismos Multilaterais	15.612
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	46.804
I.3. Clube de Paris	299.525
I.4. Dívida Mobiliária Externa	270.602
I.4.1. Eurolibra 1999	18.445
I.4.2. IDU 2001	198.276
I.4.3. Eurolira 2017	53.881
